



ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de 2025, às 8h37, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas – ICPREV, foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho de Administração do ICPREV (CAICPREV) de 2025. Estiveram presentes: Marina Nishimori Olescowicz, representante do Poder Executivo; Daniel Carvalho, representante do Poder Legislativo; Andreia Correia da Silva Fontana Kauva, representante dos segurados ativos; Diego Rafael Alves, suplente do Poder Legislativo; Solange Stelzner, representante dos segurados ativos; Danielle Ludka, representante dos segurados ativos; Marili de Fátima Pereira Ecker, representante dos segurados ativos; Janice de Fátima Stempinhak, representante dos segurados inativos; Louise Cristina de Souza, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; Luiz Augusto Fontana Junior e Marilei Kurceszki Kumineck, membros suplentes dos servidores ativos. Também participaram os membros do Conselho Fiscal do ICPREV: Izane Maria Pereira, Vanderlei Augusto Franciscato da Silva, Cibele Neudorf Batista, Daiane Cristina Maister de Mello, Rafael Verka Sorg e Anderson Carlos de Moraes; os servidores do ICPREV Luiz Gustavo de Brito e Ricardo Souza de Oliveira; além dos representantes do Poder Executivo, Sr. José Carlos Herbst, Sra. Andrielli Kluczkowski e Sr. Carlos Eduardo Vipiévski, a Vice-Prefeita Municipal Zenilda Lemos e a Prefeita Municipal Juliana Maciel Hoppe. Após a aprovação da ata da reunião anterior, a Presidente do Conselho de Administração, Solange Stelzner, declarou a reunião aberta e apresentou os principais objetivos do encontro, agradecendo à Prefeita, sua equipe de governo e a todos os presentes pela participação. Em seguida, a Presidente do Conselho Fiscal, Izane Maria Pereira, destacou a importância de aproximar os conselhos dos segurados e esclarecer dúvidas sobre as recentes mudanças administrativas. Enfatizou que o Instituto de Previdência (ICPREV) é o "coração do servidor" e mencionou que, apesar do déficit atuarial existente, o ICPREV não enfrenta um déficit financeiro. Ressaltou a necessidade de ampliar a educação previdenciária e expressou preocupação com as alterações nos modelos de contratação e concursos públicos. A Prefeita Juliana Maciel, por sua vez, explicou que o principal objetivo da reunião era esclarecer dúvidas sobre as mudanças administrativas recentes e os modelos de contratação celetista, bem como discutir a gestão futura do ICPREV. Reconheceu a importância do diálogo e justificou a necessidade de reformas devido a pressões administrativas, financeiras e legais, como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que exige a realização de concursos públicos. A Prefeita mencionou a Lei Complementar nº 038, que trata do Plano de Cargos do Magistério, apontando que a mesma inviabiliza a efetivação de novos professores. Afirmou que erros na elaboração dessa lei contribuíram para os problemas atuais e que, ao propor alterações, enfrentou resistência e desinformação, especialmente do sindicato. Explicou ainda que o elevado número de servidores no magistério e os impactos negativos da Lei nº 038 afetam tanto a sustentabilidade do ICPREV quanto as finanças do município. Defendeu, portanto, a necessidade de reformas previdenciárias e administrativas para assegurar a longevidade do ICPREV e a saúde financeira do município, propondo maior diálogo e busca de consenso entre governo, servidores e conselhos. Na sequência, Izane Maria Pereira relatou a evolução do ICPREV, desde o período de descrédito inicial até o reconhecimento atual, mas reforçou que o momento exige educação previdenciária e ajustes para corrigir o déficit atuarial.



ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

Salientou a importância da transparência e de informações claras para evitar a propagação de desinformação entre os segurados. O Sr. José Carlos Herbst sugeriu uma reforma no cálculo atuarial, semelhante às medidas adotadas por outros institutos de previdência consolidados no país. Ressaltou que as dificuldades financeiras não se devem apenas ao modelo de emprego público, mas também a regras que necessitam de modernização. Com a palavra, a conselheira Marilei Kurceszki expressou preocupações sobre os impactos das mudanças nas condições de trabalho e nos direitos dos servidores, especialmente daqueles que atuam junto à administração. A Prefeita respondeu que alguns servidores, atualmente, utilizam a estabilidade como justificativa para não desempenharem suas funções adequadamente. Explicou ainda que o processo de exoneração de servidores em regime celetista dependerá de uma comissão e deverá seguir todas as regras previstas na CLT. O conselheiro Daniel, com a palavra, justificou a moção de repúdio proposta pelo Conselho contra os projetos que alteram a forma de contratação dos servidores municipais. Ele alegou que tais mudanças não foram discutidas com os conselhos competentes e questionou se o modelo aprovado para contratação de empregos públicos permitiria, se alterado, que esses servidores contribuíssem para o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) em vez do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). A Prefeita Municipal mostrou-se aberta à discussão sobre modelos de alteração que garantam a saúde financeira do ICPREV e do município. No entanto, apontou que, devido aos problemas gerados por tentativas anteriores de alterar a Lei Complementar nº 38, qualquer reforma estrutural no magistério seria extremamente difícil. Ressaltou que, nas condições atuais, não é viável realizar concursos públicos com a vigência da LC nº 38. Com a palavra, Luiz Gustavo questionou se com as mudanças na estrutura funcional, os cargos do Instituto ficariam com o Gabinete da Prefeita, ao que foi respondido afirmativamente. A Vice-Prefeita Zenilda Lemos destacou que o ICPREV foi criado com o objetivo de atender uma classe específica de servidores, especialmente aqueles próximos da aposentadoria, o que já indicava potenciais déficits financeiros para o município. Reforçou que, no modelo atual, o Instituto não é sustentável, sendo necessárias reformas e estudos detalhados para garantir sua continuidade sem comprometer o orçamento municipal. A Vice-Prefeita também comentou que a Lei nº 38 representa um problema significativo para a educação e sugeriu que o grupo presente assumisse a responsabilidade de estudá-la e propor alternativas de reforma. Destacou que as propostas de mudanças devem partir das próprias categorias de servidores, o que facilitaria a aceitação e legitimidade das decisões. Além disso, fez uma crítica à baixa participação de algumas categorias nas discussões sobre seus direitos, salientando a importância de maior união e engajamento para defender interesses coletivos. Enfatizou a necessidade de sensibilizar as categorias para o diálogo e a construção de soluções conjuntas, com a participação ativa dos servidores. Por fim, a Prefeita Juliana informou que o edital para o concurso público será publicado em aproximadamente 40 dias, respeitando as necessidades legais e administrativas. Alertou que qualquer proposta dos conselhos e representantes do ICPREV deve ser elaborada e apresentada antes desse prazo, com estudos detalhados sobre os impactos das reformas propostas e alternativas para minimizar os prejuízos ao Instituto. Agradeceu a presença e participação de todos, reiterando a importância do





ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

diálogo para a construção de soluções. Destacou ainda que a gestão municipal está aberta a negociar e ajustar propostas, desde que haja consenso entre as partes envolvidas. Após sua fala, a Prefeita, a Vice-Prefeita e os membros do Executivo se retiraram da reunião. Com a palavra, Solange Stelzner, Presidente do Conselho, deu prosseguimento à reunião. O conselheiro Daniel questionou se a demanda de alteração da LC nº 38 não deveria ser encaminhada ao Sindicato dos Servidores Municipais. No entanto, outros conselheiros consideraram essa medida contraproducente, devido ao tempo necessário para elaborar propostas. A Presidente do Conselho Fiscal, Izane, destacou que o cenário atual envolve desafios jurídicos e administrativos, apontando a necessidade de estudo e ajustes em legislações como a Lei nº 38 e a Emenda Constitucional nº 103 para garantir a sustentabilidade do Instituto e das reformas previdenciárias. Enfatizou que a falta de representatividade e diálogo entre categorias, especialmente no sindicato, dificultou avanços. Propôs que as mudanças sejam parciais e focadas em soluções menos rigorosas do que as exigidas pela Emenda nº 103, para evitar impactos negativos maiores. Sugeriu ainda que as categorias colaborem no estudo de propostas e reforçou que reformas são inevitáveis para a sustentabilidade do sistema. Finalizou reforçando o compromisso com o diálogo e a necessidade de união entre os servidores. Após essa fala, encerraram-se as participações dos membros do Conselho Fiscal, permanecendo apenas os membros do Conselho de Administração para prosseguir com a reunião. Logo após, Luís Gustavo apresentou uma simulação para analisar o impacto financeiro das mudanças na contratação de cargos celetistas em comparação com servidores estatutários. Ele destacou que, atualmente, o município paga 12% de contribuição patronal sobre celetistas, percentual que aumentará progressivamente até 2027, elevando as despesas com encargos. Em 2026, o custo adicional mensal será de R\$ 125 mil, alcançando R\$ 217 mil em 2027. Ele também mencionou que, caso os novos cargos contribuíssem para o ICPREV, haveria uma arrecadação mensal de aproximadamente R\$ 722 mil. Luís apontou que a viabilidade financeira depende do perfil dos contratados: pessoas mais jovens poderiam gerar superávit no Instituto, enquanto contratações de pessoas mais velhas poderiam ocasionar déficit. Contudo, cálculos precisos são inviáveis sem informações detalhadas sobre os futuros contratados. Ele projetou que, nos próximos anos, o número de servidores efetivos será reduzido de 950 para cerca de 700, enquanto o número de aposentados poderá aumentar para 400. Atualmente, a receita de contribuição previdenciária do Instituto é de R\$ 1,6 milhão por mês, valor quase equivalente à folha de pagamento dos aposentados. Luís também destacou que o município complementa o déficit com um acordo cujo valor aumentará progressivamente, passando de R\$ 486 mil em 2024 para mais de R\$ 1 milhão em 2026. Em seguida, a conselheira Janice levantou dúvidas sobre o impacto das contribuições de cargos comissionados e celetistas no Instituto. Questionou se esses trabalhadores, ao saírem e retornarem, manteriam ou não suas contribuições ao ICPREV, especialmente em casos de substituições ou mudanças de regime. Demonstrou preocupação sobre a falta de clareza nas regras de aposentadoria para aqueles que ocupam cargos comissionados ou celetistas, principalmente para aqueles próximos ao final da carreira. Ficou decidido que o Conselho solicitará ao ICPREV um parecer jurídico sobre a migração de servidores celetistas para o regime próprio de previdência social (RPPS). A Conselheira Daniele





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

sugeriu aproveitar o contrato vigente com o IGAM para também solicitar um parecer. A Conselheira Louise, representante do Sindicato, propôs que fosse marcada uma reunião com a Presidente do SISPUK para tratar das alterações necessárias à LC nº 38 e, mesmo que seja apenas para compartilhar o atual cenário do Instituto, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária. A Presidente deu prosseguimento à reunião, com o apoio de Luís Gustavo, para tratar das questões relacionadas à hospedagem para o curso em Curitiba, com seis inscrições realizadas. Apesar de inicialmente garantida, a hospedagem está condicionada ao pagamento do boleto, que ainda não foi efetuado devido à necessidade de aprovação em processo administrativo e à ausência de diretores para validar a dispensa de licitação. Foi confirmado que, mesmo sem o pagamento imediato, as vagas permanecem garantidas, aguardando oficialização. Além disso, foram registradas seis inscrições para um congresso e outras seis para certificação, totalizando 12 participantes. A certificação foi destacada como prioridade, especialmente para conselheiros que ainda não possuem essa qualificação. Houve consenso sobre a importância de ambos os eventos para a capacitação dos conselheiros. Quanto à logística, discutiu-se a possibilidade de organizar transporte coletivo, sugerindo o empréstimo de veículos da Prefeitura ou o custeio de combustível como alternativas. O planejamento será ajustado entre os participantes para viabilizar a participação nos eventos, incluindo a confirmação das inscrições, pagamento das taxas pendentes, priorização de conselheiros sem certificação e organização da logística de transporte com apoio da Prefeitura ou outras soluções. Danielle relatou que, na Prefeitura, servidores que participam de cursos têm direito ao banco de horas referente ao período de deslocamento. No entanto, esse direito não foi autorizado para os servidores do ICPREV durante um curso recente. O motivo apresentado foi que, como já estavam liberados para o curso, o banco de horas adicional não seria concedido. Danielle destacou que o ICPREV pertence ao município e, portanto, deveria seguir as mesmas regras aplicadas aos servidores da Prefeitura. Sugeriu que o Conselho elabore um ofício solicitando o reconhecimento do direito ao banco de horas, com base no decreto vigente, e o encaminhe à Secretaria de Administração para reforçar a solicitação. Por fim, ressaltou a importância dos cursos para a qualificação e pontuação dos servidores, apesar dos desafios enfrentados. Ao término da reunião, a Presidente anunciou que o próximo encontro será realizado no dia 6 de fevereiro de 2025. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada às 11h20min. Eu, Daniel Carvalho, redigi a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes.

 **MARINA NISHIMORI
OLESCOWICZ**
08/02/2025 17:50:04
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Marina Nishimori Olescowicz
Representante do Poder Executivo

 Assinado digitalmente por:
**JANICE DE FATIMA
STEMPINHAK**
05/02/2025 17:05:59
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Janice de Fátima Stempinhak
Representante dos Segurados Inativos





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025



Assinado digitalmente por:

DANIELLE LUDKA
06/02/2025 21:32:20

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Danielle Ludka
Representante dos Segurados



Assinado digitalmente por:

**MARILI DE FÁTIMA PEREIRA
ECKER**
07/02/2025 10:17:29

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Marili de Fátima Pereira Ecker
Representante dos Segurados



Assinado digitalmente por:
DIEGO RAFAEL ALVES

03/02/2025 11:40:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Diego Rafael Alves
Suplente do Poder Legislativo



Assinado digitalmente por:

LOUISE CRISTINA DE SOUZA
06/02/2025 16:01:52

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Louise Cristina de Souza
Representante do SISPUC



Assinado digitalmente por:

DANIEL CARVALHO
31/01/2025 13:20:37

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Daniel Carvalho
Secretário



**ANDREIA CORREIA DA
SILVA FONTANA KAUVA**

06/02/2025 16:25:06

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Andreia Correia da Silva Fontana Kauva
Vice-Presidente



Assinado digitalmente por:

SOLANGE STELZNER
31/01/2025 10:42:20

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Solange Stelzner
Presidente

